

aprova  
concursos

# TJ-MS

Analista Judiciário:  
Área Fim

Tribunal de Justiça  
de Mato Grosso do  
Sul



Edital **verticalizado**

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.

Formas textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção.

Marcas gerais de textualidade.

Marcas específicas de cada gênero textual.

Níveis de linguagem e sua adequação.

Estruturação das frases em componentes: operações de substituição, deslocamento e modificação.

Estrutura e formação de palavras.

As classes de palavras e seu desempenho textual.

A relação entre vocábulos: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos, hiperônimos, hipônimos.

A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Ortografia.

Tipos de discurso.

Linguagem figurada.

A pontuação e os sinais gráficos.

### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei n. 3.310, de 14.12.2006).

Regimento Interno e Manual de Atribuições da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Portaria n. 2.100, de 04.08.2021).

Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução n. 252, de 21.07.2021).

Gestão Antissuborno: Portaria n. 2.121, de 08.11.2021 – Dispõe sobre a Política de presentes, brindes, hospitalidades e ou vantagem de qualquer espécie no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria n. 2.193, de 19.11.2021 – Dispõe sobre a Política de Integridade relativa aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria n. 2.209, de 06.12.2021 – Dispõe sobre a comunicação, recebimento e tratamento das comunicações de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul;

Todas as normas supramencionadas estão disponibilizadas no Portal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, link <https://www.tjms.jus.br/legislacao/>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação do texto constitucional.

Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente.

Princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos;

direitos sociais;

nacionalidade;

direitos políticos;

partidos políticos.

Organização do Estado: organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios;

intervenção.

Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Organização dos poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições; Comissões Parlamentares de Inquérito;

Tribunal de Contas do Estado: composição e competência.

Processo legislativo;

Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselho da República e de Defesa Nacional.

Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

funções essenciais à Justiça:

Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências; advocacia pública: advocacia e defensoria pública; controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; controle incidental ou concreto; controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação

Direta de Inconstitucionalidade Interventiva; controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito estadual.

Súmula Vinculante.

Defesa do Estado e das instituições democráticas.

Ordem social.

Habeas corpus. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas data.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

Administração direta e indireta.

Órgãos públicos.

Agentes públicos.

Processo Administrativo.

Poderes administrativos.

Ato administrativo.

Serviços públicos.

Bens Públicos.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.

Improbidade Administrativa.

Responsabilidade civil do Estado.

Intervenção do Estado na Propriedade.

Licitação e Contratos. Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2002 e 14.133/2021.

Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão.

PPP – Parceria Público-Privada (Lei Federal nº 11.079/2004).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

## DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do direito brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis;

conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço.

Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência.

Pessoas jurídicas.

Domicílio.

Bens: classes.

Fato jurídico.

Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

Negócio jurídico.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações: características, espécies, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento. Contratos: disposições gerais, extinção e espécie de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais. Responsabilidade civil.

Posse.

Direitos reais: propriedade, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador.

Direitos reais de garantia.

Direito de laje.

Direito de família: casamento, relações de parentesco, regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores.

Alimentos.

Bem de família.

União Estável.

Concubinato.

Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

Direito das sucessões: sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária.

Inventário e partilha.

Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992).

Alimentos (Lei nº 5.478/1968).

Alimentos gravídicos (Lei nº 11.804/2008).

Bem de família (Lei nº 8.009/1990).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990):

disposições preliminares, conceito do princípio da proteção integral e direitos fundamentais.

Direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos, colocação da criança ou do adolescente em família substituta, guarda, tutela, adoção, perda e suspensão do poder familiar, autorização para viagem de criança ou adolescente.

Inquilinato (Lei nº 8.245/91).

Locação: disposições gerais e especiais.

Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo.

Código de Defesa do Consumidor:

direitos do consumidor.

Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos, práticas comerciais, proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento.

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

“Lei da Usura” (Decreto nº 22.626/1933).

Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969).

Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997).

Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário,

Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).

Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997).

Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).

“Lei do distrato” (Lei nº 13.786/2018).

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).

Entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil).

Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais.

Jurisdição e ação; Partes e procuradores; capacidade processual; deveres das partes e dos seus procuradores; deveres; responsabilidade das partes por dano processual; despesas, honorários advocatícios e multas; da gratuidade de justiça; procuradores; substituição das partes e dos procuradores.

Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

Órgãos judiciários e auxiliares da Justiça; Competência; competência internacional; competência interna; competência em razão do valor e da matéria; competência funcional; competência territorial; modificações da competência; declaração de incompetência.

Juiz; poderes, deveres e responsabilidade do juiz; impedimentos e da suspeição.

Auxiliares da Justiça; serventuário e oficial de justiça; perito; depositário e administrador; intérprete; dos conciliadores e mediadores judiciais.

Atos processuais; forma dos atos processuais; atos em geral; atos da parte; atos do juiz; atos do escrivão ou do chefe de secretaria.

Tempo e lugar dos atos processuais; tempo; lugar; prazos; disposições gerais; verificação dos prazos e das penalidades; comunicações dos atos; disposições gerais; cartas; citações; intimações; nulidades; outros atos processuais; distribuição e registro; valor da causa.

A tutela provisória; da tutela de urgência e de evidência; Formação, suspensão e extinção do processo; formação do processo; suspensão do processo; extinção do processo.

Processo e procedimento.

Disposições gerais; Procedimento comum; petição inicial; requisitos da petição inicial; pedido; indeferimento da petição inicial.

Da audiência de conciliação e mediação; Resposta do réu; disposições gerais; contestação; incompetência; impedimento e suspeição; reconvenção.

Revelia; providências preliminares; efeito da revelia; declaração incidente; fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido; alegações do réu.

Julgamento conforme o estado do processo; extinção do processo; julgamento; Provas; disposições gerais; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; força probante dos documentos; arguição de falsidade; produção da prova documental; prova testemunhal; admissibilidade e valor da prova testemunhal; produção da prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial.

Audiência; disposições gerais; conciliação; instrução e julgamento.

Sentença e coisa julgada; requisitos e efeitos da sentença; coisa julgada; liquidação de sentença; cumprimento da sentença.

Recursos; disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração; recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça; recursos ordinários; recurso extraordinário e recurso especial.

Ordem dos processos no tribunal.

Precedentes judiciais; súmulas vinculantes; do incidente de assunção de competência; do incidente de resolução de demandas repetitivas; da reclamação; da ação rescisória; Processo de execução; execução em geral; partes; competência; requisitos necessários para realizar qualquer execução; inadimplemento do devedor; título executivo; responsabilidade patrimonial; diversas espécies de execução; disposições gerais; execução para a entrega da coisa; entrega de coisa certa; entrega de coisa incerta; execução das obrigações de fazer e de não fazer; obrigação de fazer; obrigação de não fazer; disposições comuns às seções recedentes; execução por quantia certa contra devedor solvente; penhora; avaliação e da expropriação de bens; disposições gerais; citação do devedor e da indicação de bens; penhora e do depósito; penhora de créditos e de outros

direitos patrimoniais; penhora; depósito e avaliação; adjudicação; alienação por iniciativa particular; alienação em hasta pública; pagamento ao credor; disposições gerais; entrega do dinheiro; adjudicação de imóvel; usufruto de móvel ou imóvel; execução contra a fazenda pública; execução de prestação alimentícia.

Embargos do devedor; disposições gerais; embargos à execução contra a Fazenda Pública; embargos à execução; embargos na execução por carta.

Execução por quantia certa contra devedor insolvente; insolvência; insolvência requerida pelo credor; insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio; declaração judicial de insolvência; atribuições do administrador; verificação e classificação dos créditos; saldo devedor; extinção das obrigações; disposições gerais.

Remição. Suspensão e extinção do processo de execução; suspensão; extinção.

## DIREITO PENAL

Fontes do direito penal: Princípios aplicáveis ao direito penal.

Aplicação da lei penal.

A lei penal no tempo e no espaço.

Tempo e lugar do crime.

Lei penal excepcional, especial e temporária.

Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

Pena cumprida no estrangeiro.

Eficácia da sentença estrangeira.

Contagem de prazo.

Interpretação da lei penal. Analogia.

Irretroatividade da lei penal.

Conflito aparente de normas penais.

Crime: classificação, teorias, o fato típico e seus elementos, relação de causalidade, superveniência de causa independente, relevância da omissão, crime consumado e tentado, Pena da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível, crime doloso, culposo e preterdoloso, agravação pelo resultado, concurso de crimes, erro sobre elementos do tipo, discriminantes putativas, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa, erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), coação irresistível e obediência hierárquica, ilicitude e causas de exclusão, excesso punível. Culpabilidade, teorias, elementos e causas de exclusão.

Crimes em espécie: contra a pessoa,

contra o patrimônio,

contra a dignidade sexual,

contra a família,  
contra a incolumidade pública,  
contra a paz pública,  
contra a fé pública,  
contra a Administração Pública.

Lei nº 8.072/1990.

Lei nº 7.716/1989.

Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).

Lei nº 12.850/2013 (crime organizado).

Lei nº 9.503/1997 (crimes de trânsito).

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução. Medidas de segurança.

Ação penal.

Punibilidade e causas de extinção.

Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).

Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade).

Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

Lei nº 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios gerais e constitucionais do processo penal.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

Fontes e Interpretação da Lei processual penal.

Persecução penal.

Inquérito policial, Termo circunstanciado de ocorrência. Comissão parlamentar de inquérito.

Investigação criminal promovida pelo Ministério Público.

Outras formas de investigação.

Arquivamento de inquérito.

Denúncia.

Sujeitos do processo: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.

Impedimentos e suspeições.

Atos processuais: comunicações, citações, intimações e notificações.  
Decisões interlocutórias.  
Audiência de custódia.  
Audiência de instrução.  
Sentença: tipos, estrutura, efeitos.  
Fixação da pena.  
Jurisdição e competência.  
Critérios de determinação e modificação de competência.  
Perpetuatio Jurisdictionis. Incompetência. Conexão e continência.  
Das questões e processos incidentes.  
Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto.  
Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado.  
Restituição das coisas apreendidas.  
Perdimento de bens. Alienação antecipada de bens.  
Da prova: conceito, princípios, finalidade, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.  
Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.  
Quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados.  
Da prisão em flagrante.  
Prisão temporária.  
Prisão preventiva.  
Prisão domiciliar.  
Medidas cautelares diversas da prisão.  
Liberdade provisória.  
Fiança.  
Ação penal.  
Processo e procedimento.  
Pressupostos processuais.  
Formas procedimentais.  
Procedimento comum ordinário.  
Procedimento comum sumário.  
Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri, nos crimes de abuso de autoridade, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes contra a honra, nos crimes contra a propriedade imaterial, nas restaurações de autos extraviados ou destruídos.  
Das nulidades.  
Dos recursos.  
Recursos especial e extraordinário.  
Coisa julgada.

Revisão criminal.  
Habeas corpus.  
Mandado de segurança.  
Execução Penal.  
Competência.  
Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direito e das medidas de segurança.  
Regimes de cumprimento da pena.  
Juizado especial criminal (Lei nº 9.099/1995).  
Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).  
Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).  
Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/1999).  
Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).  
Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).  
Drogas (Lei nº 11.343/2006).  
Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019).



**aprova**  
concursos

**0800 727 6282**

[www.aprovaconcursos.com.br](http://www.aprovaconcursos.com.br)